É preciso mais que modos de gestão

Se necesita más que modelos de gestión

More than management models are needed

Santiago Alcázar

Sumário. O artigo faz um relato das sabatinas para escolha do novo Secretário-Geral das Nações Unidas. As visões de Michelle Bachelet, Marcelo Grosso, Rebeca Grynspan e Macky Sall são passadas em revistas brevemente. Quais são as qualidades que se esperam do novo SG? Como entende os três pilares sobre os que se ergue a Organização. Qual é o seu significado profundo e por que é preciso ter clareza? Chamou atenção durante a sabatina que as perguntas se concentraram em questões adjetivas de gestão. Preocupa que os que pedem reformas pensem que o assunto se limita a essas questões. Num mundo que se incendeia é preciso voltar às origens e entender de uma vez a centralidade dos direitos humanos, do desenvolvimento e da paz em todas as políticas.

Palavras-chave: Nações Unidas; secretário-geral ONU; eleições ONU

Resumen. *El artículo hace un recuento de las entrevistas para le elección del nuevo secretario general de Naciones Unidas. Las visiones de Michelle Bachelet, Marcelo Grossi, Rebeca Grynspan y Macky Sall son pasadas en revista. ¿Cuáles son las cualidades que se esperan del nuevo secretario general? ¿Como entiende los tres pilares de la Organización? Cuál es su significado profundo y por qué es preciso tener clareza. Llamó la atención durante las entrevistas que las preguntas se hayan concentrado en cuestiones adjetivas de gestión. Preocupa que los piden reformas piensen que el asunto se limita a ello. En un mundo que se incendia é preciso volver al origen y entender de una vez la centralidad de los derechos humanos, del desarrollo e de la paz en todas las políticas.*

Palabras clave. *Naciones Unidas; secretario general de la ONU; elecciones de la ONU*

Summary. *The article gives a brief overview of the interactive dialogues with the four candidates vying for the top job at the UN. The vision statement of Michelle Bachelet, Marcelo Grossi, Rebeca Grynspan and Macky Sall are briefly reviewed. What are the qualities expected for the new SG? How does he or she understands the 3 pillars of the UN. What is its profound meaning and why it is important to have clarity in that respect? It came to mind that most of the questions dealt with matters of governance. It is worrying to think that governance is all that is needed to transform the UN. In a world in turmoil, it is of the upmost importance to go back to square one and understand once and for all the centrality of human right, development* and peace and security in the making and execution of every policy.

Keywords. *United Nations; UN Secretary-General; UN elections*

Nos dias 21 e 22 de abril, realizaram-se as sabatinas dos quatro candidatos ao cargo de Secretário-Geral da ONU. O processo de escolha do SG inicia-se com a indicação de um candidato por ao menos um Estado membro.

Os candidatos sabatinados foram Michelle Bachelet (Chile, Brasil e México), Rafael Grossi (Argentina), Rebeca Grynspan (Costa Rica) e Macky Sall (Burundi).



Michelle Bachelet



Rafael Grossi



Rebeca Grynspan



Macky Sall

Em março, o Chile de Antônio Kast retirou o apoio a Michelle Bachelet, indicada por seu antecessor Gabriel Boric. Macky Sall não tem o apoio de seu país de origem.

As sabatinas consistem na apresentação oral dos candidatos, oportunidade em que oferecem breve relato que justificaria a eventual escolha, seguida de duas seções de perguntas e respostas relativas a dois segmentos temáticos: i) reconhecidas capacidades de liderança, experiência e conhecimento dos candidatos para uma Organização preparada para o futuro; ii) os três pilares da Organização: paz e segurança, direitos humanos e desenvolvimento.

É de supor que os candidatos ao cargo evidentemente têm reconhecidas capacidades de liderança, experiência e conhecimento suficientes para o desempenho de suas funções. Por essa razão tem mais relevância o segmento que trata dos três pilares.

Paz e segurança, direitos humanos e desenvolvimento devem ser entendidos como a unidade interdependente e indissociável que deve servir de norte para a formulação e execução de todas as políticas dos Estados membros. O impacto sobre paz e segurança, direitos humanos

e desenvolvimento deve ser o ponto de partida e a lente definidora de todas as políticas. Esse é o acordo tácito que os países fizeram quando adotaram a Carta e tomaram a decisão de fazer parte das Nações Unidas.

Os Estados membros são automaticamente sujeitos à competência da Corte Internacional de Justiça cujo objetivo é, em última instância, velar pela observância de suas políticas com a promoção de paz e segurança, direitos humanos e desenvolvimento.

Tornou-se comum hoje em dia falar em violação do direito internacional com um olho fixado em transgressões de caráter militar. O problema com essa abordagem é o destaque à dimensão paz e segurança que deixa as outras duas em segundo plano. As transgressões militares agridem paz e segurança e põem em xeque direitos humanos e desenvolvimento. Transgressões aos direitos humanos são também transgressões ao desenvolvimento e paz e segurança. Transgressões ao desenvolvimento, que são todas as barreiras que lhe são interpostas, transgridem direitos humanos e paz e segurança. Os três pilares são interdependentes e indissociáveis é preciso repetir. Isso deveria ser óbvio. Infelizmente, não parece ser o caso.

Dos quatro candidatos, somente Michelle Bachelet ressaltou em sua apresentação os três pilares. Os outros três, curiosamente, destacaram paz e desenvolvimento, quebrando a unidade indissociável e deixando para trás direitos humanos. Na atual conjuntura, com a guerra dos EUA e Israel contra o Irã, que logo se espalhou para os países do Golfo – Arábia Saudita, Barein, Catar, Kuwait, Omã e Emirados Árabes Unidos – e Líbano, a ameaça à paz e ao desenvolvimento parece ter sequestrado a atenção mundial por sua gravidade e possíveis consequências.

Quando muitos pensaram que Trump e Netanyahu fariam com o Irã o que aquele primeiro fez com a Venezuela, um assunto rápido e certeiro, como uma aposta numa plataforma de *bets*, a resposta do país com mais de três mil anos de história surpreendeu. O lançamento de mísseis e de drones sobre Israel mostrou uma capacidade de revide inesperada, pondo em dúvida a asserção de que as forças iranianas haviam sido totalmente destruídas. O ataque a alvos nos países do Golfo – unidades de dessalinização, de produção de gás liquefeito e de hélio liquefeito, bases militares e infraestrutura norte-americanas – pôs em evidência a capacidade do Irã de causar enormes danos aos EUA e aos seus aliados árabes. O bloqueio do Estreito de Ormuz, por onde passam 38% do petróleo cru do mundo, 29% do gás liquefeito de petróleo, 19% do gás natural liquefeito, 20% de produtos de petróleo refinados e 30% de toda a produção de hélio é algo que põem o Irã na condição de potência capaz de alterar o regime de forças no mundo. Para muitos, o Irã já ganhou a guerra contra os EUA, que dependem da abertura do Estreito para evitar a inflação sobre o preço de alimentos e combustíveis na economia norte-americana. Trump, que já tem os seus índices de aprovação esmigalhados, terá que ceder frente ao Irã se quiser continuar com o que lhe resta de apoio do MAGA. Netanyahu, que tem para a sua sobrevivência política a continuação da guerra, impossível sem a autorização de Washington, terá que enfrentar pressões internas para a sua deposição e possível prisão, não pelos crimes de guerra, mas por vulgar corrupção. Nesse quadro de forças que se enfrentam é natural que sobressaiam as dimensões de guerra e caos que ameaçam a paz e o desenvolvimento e ofuscam os direitos humanos.

Nenhuma circunstância, no entanto, deveria fazer perder de vista qualquer uma das dimensões dessa unidade interdependente e indissociável de paz, direitos humanos e desenvolvimento. Infelizmente, nos 80 anos desde a adoção da Carta que criou as Nações Unidas

foi exatamente isso que aconteceu. O Conselho de Segurança, responsável pela manutenção da paz e segurança, sempre foi o foco das atenções. O Conselho Econômico e Social (ECOSOC), que tem sob a sua égide a condução de assuntos para a promoção do desenvolvimento teve na maior parte de sua história um papel secundário, certamente por conta da guerra fria e a predominância da lógica da confrontação em oposição à necessidade da cooperação. É só recentemente, sobretudo pelo compromisso declarado com a Agenda 2030, que o ECOSOC ganhou maior proeminência. Com respeito ao Conselho de Direitos Humanos, que antes fora Comissão de Direitos Humanos, a situação é ainda mais lamentável. A Comissão, que funcionou de 1947 a 2006 quando foi substituída pelo Conselho, foi contaminada pelos efeitos da guerra fria e por uma insustentável polarização. O Conselho tem mais êxito que a sua antecessora, mas como o ECOSOC, sofre de um certo descaso que paralisa os seus trabalhos. A fissão da unidade interdependente e indissociável desfaz desenvolvimento e direitos humanos deixando para ser observada a fragilidade da paz no Conselho de Segurança. ECOSOC e o Conselho de Direitos Humanos são assim os patinhos feios das Nações Unidas.

Michelle Bachelet, como se disse acima, foi a única a não perder de vista os três pilares. Sobre paz e segurança, disse que deveriam permanecer no centro das ações da Organização. Já estão no centro das atenções, portanto, não fica claro o que ela quer dizer que mereça a atenção de seus arguidores. O que ela propõe é ação por parte da burocracia – mais presença, mais envolvimento, eficiência operacional – importante sem dúvida, mas é difícil imaginar como isso poderá evitar conflitos.

Com relação a desenvolvimento, Bachelet foi mais feliz. Disse que o desenvolvimento é um instrumento para a prevenção de conflito e para a estabilidade social, que evidentemente inclui a dimensão de direitos humanos. Mencionou a erradicação da pobreza, a redução das inequidades estruturais e a necessidade imperiosa de não deixar ninguém para trás, que é o mantra da Agenda 2030. Fez referência à necessidade de reforma da arquitetura financeira internacional, ao alívio da dívida dos países em desenvolvimento mais endividados, à necessidade de promover novos mecanismo de financiamento para a tripla crise planetária – mudança climática, poluição e perda da biodiversidade. Bachelet alia-se assim aos anseios do sul global que tem as mesmas preocupações e esperanças.

Com relação aos direitos humanos, Bachelet entende que devem permanecer no centro de toda ação da Organização. É o que disse com respeito à paz e segurança. A diferença é que os direitos humanos, ao contrário de paz e segurança, não estão, nem nunca estiveram, no centro das atenções. Ações burocráticas não irão mudar esse quadro, nem possíveis exercícios de acrobacias do Secretário-Geral.

Consciente dos cortes orçamentários que irão reduzir as capacidades de ação do Secretariado, Bachelet foi enfática ao afirmar que *paz e segurança, desenvolvimento e direitos humanos são inseparáveis e qualquer processo de reforma* (da Organização) *que subordinar desenvolvimento ou direitos humanos a medidas de redução de custos minaria a própria reforma da Organização que se quer fortalecer*.

Bachelet foi a que melhor sintetizou a situação com a qual nos devemos ater: expansão dos conflitos armados, aceleração da mudança climática, agravamento das inequidades e perigosa erosão da confiança no sistema multilateral. Bachelet provavelmente será vetada pelos EUA pelo seu perfil de esquerda.

Rafael Grossi fez a sua apresentação destacando que as Nações Unidas estão em um ponto de inflexão. O sistema multilateral está sob pressão, fraturado por guerras, inequidades

e falta de confiança. Ninguém, no entanto, abandonou a fé na missão das Nações Unidas. A última afirmação é duvidosa à luz da continua violação do direito internacional e do egoísmo declarado de políticas que nada têm a ver com a tríade paz e segurança, direitos humanos e desenvolvimento. Os acontecimentos obscenos de 2026 são uma clara manifestação de insensibilidade social, desumanização e ausência de solidariedade. Grossi, contudo, confia que é possível alcançar a paz por meio da solidariedade, a dignidade pelo diálogo e a solução para os problemas pela responsabilidade e a responsabilidade coletiva. De todos os candidatos, Grosso talvez seja o mais descolado da realidade brutal que ignora valores e princípios, atropela o direito internacional e não tem lugar para sutilezas conceituais de profundo significado humano. Grossi dá a impressão de ser um burocrata honesto que pensa que poderá mudar o mundo e pôr as Nações Unidas no bom rumo por meio de sua presença e disposição ao diálogo. Merece registro a observação de Grossi de que Nova York e Washington manteriam duas narrativas conflitantes com respeito ao desenvolvimento, numa alusão às expectativas das Nações Unidas e as restrições do Banco Mundial e do FMI. Não obstante as duas últimas instituições fazerem parte do Sistema Nações Unidas há, segundo Grossi, distintas visões que em tese impedem, por exemplo, a realização dos ODS da Agenda 2030, entre outros.

Não obstante as suas qualidades como administrados, Grosso provavelmente será vetado pela Rússia, que tem reservas quanto a sua atuação frente à questão de Zaporizhia.

Para Rebeca Grynspan, o quadro da situação atual é preocupante, com a normalização do desrespeito ao direito internacional por parte das grandes potências, enquanto a população civil arca com os custos de guerras em que ela é somente vítima colateral. As palavras de Grynspan parecem inspiradas no preâmbulo da Carta da Organização que ela pretende dirigir. Grynspan recordou o papel que desempenhou para garantir o êxito do chamado Acordo de Grãos do Mar Negro, pelo qual esperava-se que a produção de grãos da Ucrânia e da Rússia pudesse fluir desimpedida para os mercados do mundo. O acordo acabou fracassando por conta de repetidas violações ao acordado. A tese de que os países africanos sofreriam mais, defendida pela Ucrânia, não se sustentou, uma vez que a quase totalidade da produção da Ucrânia foi destinada aos países europeus. Grynspan que tentar, caso eleita, novamente algo parecido com a produção de fertilizantes que têm passagem obrigatória pelo Estreito de Ormuz. Seria extraordinário se conseguisse, mas a questão dos fertilizantes tem que ser resolvida imediatamente, não a partir de janeiro de 2027. Nesse contexto, Grynspan parece ter subestimado as dificuldades que existem para a solução dos fertilizantes. Uma pergunta curiosa feita à candidata, chamou a atenção. Delegado europeu pediu exemplo de como os direitos humanos vinculam-se à paz e a segurança. A pergunta pode ser entendida como provocação, mas é mais provável que tenha sido formulada a partir de preocupante ignorância de muitos delegados, o que explicaria o fracasso das expectativas com respeito às Nações Unidas. Grynspan respondeu que as funções da diplomacia preventiva devem integrar-se às dos direitos humanos, demonstrando assim ter noção da unidade interdependente e indissociável dos três pilares. Grynspan talvez seja a candidata com melhores credenciais para ser aprovada pelo P5, os Estados membros permanentes do Conselho de Segurança.

Macky Sall foi presidente do Senegal no período 2014 a 2024 e não conta com o apoio de seu país, nem da União Africana que prefere não entrar numa disputa contra os candidatos da região Américas. Ainda que não exista o princípio de rotação, entende-se informalmente que o cargo de SG caberia à região Américas. Nesse sentido é pouco provável que o candidato reúna os apoios necessários para a disputa. Em todo caso, Sall parece mais preocupado com as questões de burocracia interna do que mudanças conceituais e ofereceu uma pista. Disse que

das aproximadamente 40 mil resoluções aprovadas pela Organização desde a sua criação somente 4 mil foram implementadas. Não se sabe se é fato, mas revela uma preocupação excessiva com mudanças adjetivas, quando o que se precisa são transformações substantivas.

As perguntas feitas pelos delegados aos postulantes do cargo de SG estiveram concentradas mais nas reformas internas da Organização, necessárias, mas não determinantes para o que se espera. Perguntas específicas sobre a guerra dos EUA e Israel contra o Irã brilharam pela ausência. Gaza não foi mencionado, dando a impressão de que seria algo próximo aos tempos bíblicos. Não houve menção aos riscos envolvidos com a mudança climática, com a disfuncionalidade do sistema financeiro internacional, nem com o fracasso da política para controlar os novos atores da cena internacional – os bilionários das *High Techs*, que parecem capazes de ditar o rumo que se deve seguir, sem supervisão do Estado. O silêncio dos diplomatas com respeito a esses temas é uma indicação da timidez, para não dizer medo, em não ofender os novos donos do poder.

Uma nova Nações Unidas precisa de novos diplomatas, capazes de transformar a Organização desde dentro. É também preciso um Secretário-Geral que invoque o artigo 99 da Carta – *O Secretário-Geral pode chamar à atenção do Conselho de Segurança qualquer matéria que, em sua opinião, pode ameaçar a manutenção da paz e da segurança internacional*.

Sempre se achou que ameaça à paz viria revestida de roupagem militar. É um erro. Às maiores ameaças à paz vêm pela via das inequidades em ascensão, da injustiça financeira, da mudança de clima, do racismo, entre outros. O SG tem a obrigação de recordar aos Estados membros que ao adotarem a Carta, comprometeram-se em guiar-se pelos objetivos de paz e segurança, reconhecimento e respeito dos direitos humanos e promoção do desenvolvimento por meio da cooperação e da solidariedade. Cada Estado poderá escolher como realizar essas metas, mas não existe a opção de ignorarem a unidade interdependente e indissociável desses propósitos na formulação e execução de suas respectivas políticas. As Nações Unidas são a expressão máxima da vontade coletiva – *Nós, os povos* – por um mundo melhor.

O Secretário-Geral deve ser a autoridade moral da Organização. Neste momento histórico de crises, de guerras, de incertezas generalizadas é preciso a voz de um Secretário-Geral que defenda a dignidade humana; entenda que para isso é imprescindível o desenvolvimento destravado; em um espaço e tempo de paz e segurança. Não estaria mal que propusesse taxar pesadamente o comércio de defesa e sugerisse sanções severas aos que pretendem continuar atuando em prejuízo dos valores e princípios das Nações Unidas. É possível que isso seja esperar muito, mas não faz sentido esperar transformações profundas concentrando-se em modos de gestão.